



5
6
7
8
9
10
11
12
13

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

ATA SUMÁRIA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2004.

14 Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e quatro, no Edifício Sede do
15 Ministério da Justiça, sala 328, Bloco T, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, foi
16 realizada a décima Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.
17 A reunião foi presidida pela Dra. **Maria José Barroso** e contou com a participação
18 dos seguintes Conselheiros: **Perly Cipriano, Josefa Barros Cardoso de Ávila,**
19 **Geraldo Adão Santos, Paulo M. Negrão, Nadir Parigot de Souza, Emídio**
20 **Rebello Filho, Maurício Pinho Gama, Léa Lúcia Cecílio Braga, Regina Célia de**
21 **O. Bittencourt, Neidil Espínola da Costa, Álvaro Fontes da Silva Neto,**
22 **Adriano Cezar Gordilho, Andrés Sebilía, Nara Rodrigues, Ana Amélia**
23 **Camarano e Alba Maria P. de Abigailil.** Desenvolvimento dos Trabalhos: A
24 Presidente **Maria José Barroso** deu início aos trabalhos cumprimentando a todos
25 e lhes dando as boas vindas. Em seguida, passaram à aprovação da ata. A
26 Conselheira **Léa Lucia Cecílio Braga – CFESS** solicitou uma correção nos
27 informes dizendo que não havia sido ela quem havia feito o informe acerca de um
28 ofício a ser enviado ao Ministério da Cultura conforme estava escrito no resumo
29 executivo da 9ª Reunião Ordinária. Após esta correção, foi aprovada a ata da 9ª
30 Reunião Ordinária. A **Presidente** então passou a palavra à representante da
31 COBAP. A Sra. **Maria Luísa Lerário – COBAP** iniciou se apresentando e
32 apresentando também sua colega, a Sra. **Carmelita Motta de Lima – COBAP.** A
33 Sra. **Maria Luisa Lerário** passou então a falar um pouco sobre sua história, e
34 disse que ao perceber a dificuldade de muitos idosos de entender o Estatuto do
35 Idoso, resolveu junto com a Sra Carmelita fazer um guia que funcionaria como um
36 Estatuto do Idoso comentado. Desta forma, a Sra Maria Luísa submetia o “guia”
37 ao Conselho e pedia o seu apoio. Comentou também acerca de um ofício que
38 seria passado às mãos da Presidente onde era solicitado ao Ministério dos
39 Transportes que a COPAB passasse a ser uma das entidades aptas a fornecer as
40 carteiras de identificação e renda do idoso. O apoio solicitado ao CNDI seria uma
41 recomendação ou uma moção de apoio àquela iniciativa da COBAP. O
42 Conselheiro **Maurício Pinho Gama –MEC** tomou a palavra para solicitar à Sra.
43 Maria Luísa que o material referente às suas solicitações fosse enviado por e-mail
44 para que pudesse ser analisado e, assim, fossem feitas sugestões posteriores,
45 proposta esta aceita pelas representantes da COPAB e pela Presidente. Em
46 seguida, o Conselheiro **Emídio Rebello Filho – FAAPPA** passou a falar um
47 pouco sobre a questão da elaboração do Decreto que regulamentou o artigo 40 e

48 da confusão que envolvera aquele processo. Chamou também a atenção da
49 representante da COBAP para a questão dos idosos que não tinham remuneração
50 e de como isso poderia ser controlado. Citou também a questão do transporte
51 marítimo e da reação dos empresários. Na seqüência, o Conselheiro **Álvaro**
52 **Fontes da Silva Neto – ASILO RIO BRANCO** expressou sua preocupação com a
53 questão do fornecimento de um documento para aqueles que não tinham renda e
54 questionou como seria esse processo. Em seguida, a palavra passou para o
55 Conselheiro **Perly Cipriano – SEDH** que apoiou a idéia do “guia” que estava
56 sendo elaborado e sugeriu que este fosse feito com uma linguagem que
57 possibilitasse o entendimento de todos. Destacou também a especial atenção que
58 deveria ser dada á questão da distribuição do “guia”. A Conselheira **Nara C.**
59 **Rodrigues – ANG**, então, tendo também a preocupação com a distribuição do
60 “guia”, questionou como este seria distribuído no Brasil inteiro e quem iria arcar
61 com a despesa da impressão dos mesmos. Colocou também à disposição a
62 Associação Nacional de Gerontologia para colaborar na distribuição . Então, a Sra.
63 **Maria Luísa Lerário** tomou a palavra e disse que a COBAP, apesar de não ter
64 condições de editar o “guia”, ira buscar parcerias e, com a chancela daquele
65 Conselho, exercendo aquela gestão participativa, sociedade e governo, iria buscar
66 apoio da Previdência, do Ministério dos Transportes, do DNER, das
67 confederações e de onde fosse possível. Na seqüência, o Conselheiro **Geraldo**
68 **Adão Santos – COBAP** passou a falar sobre o apelo de um idoso de 86 anos de
69 idade, o Sr. Geraldo Brandão, que havia solicitado por intermédio do Conselheiro
70 Geraldo, que o CNDI o apoiasse intervindo no sentido de que pessoas com mais
71 de 80 anos beneficiadas pelo decreto 4.328 de 2002 do STF pudessem receber o
72 valor total do passivo de 28,86% independente de serem acometidas por doenças
73 especificadas em lei. A **Presidente**, então, disse que o documento seria apreciado
74 e dado o encaminhamento. Passou então a palavra a alguns conselheiros. O
75 primeiro a falar foi o **Conselheiro Álvaro Fontes da Silva Neto**, que fez alguns
76 comentários sobre o processo de condução de escolha das novas entidades e
77 sobre a aprovação do regimento interno. Fez também uma avaliação das
78 realizações do Conselho e solicitou que fosse feita uma coletânea de todas as
79 atas e que as mesmas fossem distribuídas para os novos conselheiros. Terminou
80 fazendo votos de que tudo desse certo dali em diante. A seguir, o Conselheiro
81 **Adriano Gordelho – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia**
82 informou acerca da realização do 14º Congresso Brasileiro de Geriatria e
83 Gerontologia ocorrido em Salvador do dia 8 ao dia 11 de junho e lamentou o fato
84 do Conselho não ter estado presente no referido congresso. Informou também que
85 a nova presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria era a Doutora Elisa Assis,
86 uma profissional geriatra da mais alta competência. Falou um pouco sobre a
87 SBGG e concluiu fazendo também uma avaliação do Conselho naqueles dois
88 anos. Na seqüência, a palavra passou para a Dra. **Márcia Pinheiro – CNAS** que
89 iniciou dizendo que havia sido eleita, na última reunião do Conselho Nacional,
90 Presidente daquele Conselho e que tomaria posse na terça-feira seguinte às 2
91 horas, convidando a todos para que estivessem presentes. Passou então a falar
92 sobre os compromissos que gostaria que a nova gestão tivesse, entre os quais, a
93 necessidade de trabalhar-se de forma integrada com os demais Conselhos
94 Nacionais. Disse que gostaria de estar participando de todos os conselhos pois

95 acreditava que a integração fazia parte daquele governo que ela representava.
96 Em segundo lugar, disse que a assistência social estava passando por um grande
97 processo de regulação. Disse que, caso houvesse interesse, ela viria na próxima
98 reunião para falar mais aprofundadamente sobre os aspectos da Política Nacional
99 de Assistência Social. Disse também que a Assistência Social com característica
100 de política pública não era apenas uma política dirigida a um ou outro segmento ,
101 mas a todos que dela necessitassem. Informou que havia sido apresentado ao
102 Conselho Nacional a proposta de política e naquele momento a mesma passava
103 por um grande processo de discussão. Acrescentou que poderiam ser feitas
104 contribuições até o dia 31 de agosto quando então se faria uma síntese de todas
105 as contribuições para que nos dias 20, 21 e 22 de setembro todos pudessem estar
106 discutindo a política. Continuou ainda dizendo que pela primeira vez após a
107 Constituição e a LOAS, estavam tratando a política de assistência social de uma
108 forma global e que para tal, uma série de medidas administrativas internas
109 estavam acontecendo. Prosseguiu dizendo que estava sendo discutida a questão
110 do financiamento, a questão da chamada rede SAC. Continuando, falou sobre a
111 questão que havia sido aprovada no Congresso e estava indo para o Senado que
112 era a não exigência da CND para o serviço de assistência social para as
113 prefeituras poderem pagar as entidades. O Conselheiro **Emídio Rebelo Filho –**
114 **Federação dos aposentados e Pensionistas do Estado do Pará** tomou a
115 palavra e perguntou à Dra. Márcia Pinheiro se aquele novo plano da assistência
116 social era plano de governo ou plano de estado pois se fosse plano de governo
117 seria para aquele governo e se fosse plano de estado teria seqüência. Após
118 discutirem qual seria o melhor procedimento a seguir naquele momento, ficou
119 decidido que a palavra passaria ao Sr. **Jarbas Tomazoli Nunes – Ministério da**
120 **Saúde**, que passou a falar sobre a questão dos medicamentos. Inicialmente, o Sr
121 Jarbas se apresentou e comentou que a partir de novembro, quando havia sido
122 aprovado o Estatuto do Idoso, havia passado a ter um contato maior com a área
123 técnica de atenção ao idoso do Ministério da Saúde em função de um trabalho
124 desenvolvido no tocante à implementação de alguns artigos do Estatuto do Idoso.
125 Naquela época, teve que fazer uma exposição do que o Sistema Único de Saúde
126 vinha fazendo no tocante à disponibilização de medicamentos gratuitos na rede do
127 SUS. Explicou que aquele processo sofrera uma transformação muito grande a
128 partir de 1995 quando houve uma definição de um plano de ação da Central de
129 Medicamentos que estabelecia uma priorização na cobertura medicamentosa de
130 dezesseis programas estratégicos. Lembrou que o total de medicamentos
131 disponibilizados naquela época era de 116 itens de medicamentos , além dos
132 imunológicos, para cobrir dezesseis programas estratégicos. Acrescentou que de
133 95 para 97, com a desativação da Central de Medicamentos, houve uma mudança
134 importante na gestão daquela assistência farmacêutica, com a aprovação em 98
135 da Política Nacional de Medicamentos, quando teve início o processo de
136 descentralização da gestão daquela assistência. Esclareceu também que algumas
137 estratégias continuavam centralizadas no Ministério da Saúde. Continuando, citou
138 alguns exemplos comparando as formas de disponibilização de medicamento nos
139 vários estados do País e destacando que aquelas informações estavam contidas
140 em um disquete que havia sido entregue a Conselheira Neidil. Falou também da
141 importância da ampliação do financiamento, da disponibilização de medicamentos

142 e estruturação do serviço farmacêutico. Na seqüência, a **Presidente** solicitou à
143 Conselheira Neidil que aquele disquete mencionado pelo Dr. Jarbas fosse
144 encaminhado à Secretaria Executiva para então passar para todos os outros
145 conselheiros. Dando prosseguimento, o Conselheiro **Geraldo Adão Santos –**
146 **COBAP** questionou, tratando do assunto da Assistência Social, se a política
147 apresentada pela Dra. Márcia Pinheiro, seria uma política de governo ou uma
148 política de estado. A seguir, perguntou como se via a questão do financiamento da
149 expansão do benefício de renda continuada . Passou-se então a palavra ao
150 Conselheiro **Perly Cipriano** , que, com relação ao assunto apresentado pela Dra.
151 Marcia Pinheiro, disse que aquela política deveria inserir em algum ponto do seu
152 texto, o incentivo à contribuição previdenciária dos autônomos, pois se isso não
153 ocorresse, o Brasil não iria aguentar aquela situação no futuro, pois a expectativa
154 de vida do brasileiro passara a ser muito mais longa. Com respeito ao assunto
155 apresentado pelo Dr. Jarbas , disse ter uma preocupação com a atenção básica
156 pois esta não atendia a demanda da população. Disse também que a farmácia
157 básica deveria ser revista no sentido de dar àquela população aquele remédio
158 básico que era necessário. Comentou também que não compreendia por que o
159 medicamento genérico não fazia parte da política do governo de ser um
160 medicamento mais barato, que os laboratórios oficiais poderiam produzir mais
161 barato e fornecer às farmácias básicas. Finalmente, falou da importância da
162 presença dos Ministérios e Secretarias durante as reuniões para dar explicações
163 e também ouvir críticas, agradeceu a presença do Dr. Jarbas e da Dra. Márcia e
164 deu-lhes os parabéns. Continuando, a Conselheira **Neidil Espínola da Costa -**
165 **Ministério da Saúde**, solicitou que fosse esclarecido o que era medicamento de
166 uso essencial, medicamento de uso continuado e se o estatuto usava o termo
167 “medicamento de uso continuado”. A seguir, a Conselheira **Léa Lúcia Cecílio**
168 **Braga – CFESS** também agradeceu à Dra. Márcia e ao Dr. Jarbas destacando a
169 importância de sua participação e solicitou à Dra. Márcia que fosse comentado um
170 pouco mais sobre a articulação de um Conselho de Política Nacional com
171 segmentos , ou seja, a criança, adolescente, idoso e portador de deficiência. Em
172 seguida, foi também questionado o assunto sobre esclarecimento a respeito dos
173 dados quanto ao déficit da Previdência Social e a Conselheira **Josefa Barros**
174 **Cardoso de Ávila** se colocou à disposição e disse que poderia ser marcada uma
175 reunião com o Secretário do Ministério da Previdência Social para
176 esclarecimentos. A palavra então passou à **Dra. Márcia Pinheiro** que,
177 inicialmente, com relação à pergunta do Conselheiro Emídio e do Conselheiro
178 Adão, disse que estavam buscando uma política de estado pois só uma política de
179 estado iria ultrapassar aquele governo. Acrescentou que nenhum outro governo
180 havia dado tanto apoio na efetivação da política de assistência social e a política
181 de inclusão social. Por fim, por ter que viajar às 13:30h, a Dra. Márcia concluiu
182 sua participação tendo recebido os agradecimento da **Presidente**. Dando
183 prosseguimento, o **Dr. Jarbas** passou a falar que um dos empecilhos com relação
184 aos medicamentos para atenção básica era com relação à gestão e que as ações
185 municipais, descentralizadas deveriam ser apoiadas. Fez também alguns
186 esclarecimentos sobre os tipos de remédios, ou seja, remédios de referência,
187 medicamentos genéricos e medicamentos similares e, na seqüência, explicou o
188 que seriam os medicamentos essenciais e os medicamentos de uso continuado.

189 Em seguida, o Conselheiro **Adriano Cezar Gordilho**, fez alguns comentários
190 sobre a necessidade de se rever os conceitos de remédios essenciais e
191 medicamentos continuados em função do fato do envelhecimento ser um
192 fenômeno recente no Brasil e terminou destacando a importância do Dr. Jarbas
193 naquela reunião. Continuando, o **Dr. Jarbas** esclareceu que na semana seguinte
194 haveria a publicação no Diário Oficial da Portaria de Revisão da RENAME –
195 Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, e que certamente a questão
196 levantada pelo conselheiro Adriano seria discutida pela Comissão. Dando
197 prosseguimento, a **Presidente** agradeceu a presença do Dr Jarbas e também dos
198 outros representantes do Ministério da Saúde destacando a importância de sua
199 participação. Houve então o intervalo para o almoço, após o qual iniciou-se a
200 participação do Cônego **José Carlos Dias Toffoli – Diocese de Marília - SP** que,
201 após se apresentar, destacou a importância do Padre Vanzela no trabalho da
202 Campanha da Fraternidade do Idoso. Na seqüência, falou sobre o objetivo geral
203 da Campanha que foi motivar as pessoas a valorizar integralmente as pessoas
204 idosas e respeitar seus direitos. Falou também sobre os objetivos específicos, ou
205 seja, chamar a atenção das pessoas e da sociedade em geral, no que diz respeito
206 às responsabilidades de todos em relação às pessoas idosas, de modo que cada
207 um se sentisse motivado a assumir o seu papel; esclarecer sobre os preconceitos
208 contra as pessoas idosas presentes na sociedade, a fim de que fossem superados
209 e elas tivessem em consequência, uma vida mais digna. Um outro objetivo
210 específico seria realizar parcerias com entidades da sociedade civil, para unir
211 esforços no sentido de compreender melhor a realidade dos idosos e idosas do
212 Brasil, e juntos encontrar caminhos comuns para a superação dos graves
213 problemas presentes na vida das pessoas que se encontravam nessa fase da
214 vida. Um outro, atuar junto aos órgãos oficiais brasileiros, nas instâncias
215 municipal, estadual e federal, para que houvesse iniciativas e programas oficiais
216 voltados para a pessoa idosa, e exigir o cumprimento das leis existentes e a
217 regulamentação das leis complementares previstas na Constituição Federal.
218 Também, despertar a solidariedade para com as pessoas idosas, reconhecer-lhes
219 os direitos e envolvê-las na luta para que os seus direitos fossem respeitados. E
220 um último objetivo específico: sugerir linhas de ação educativa das pessoas para o
221 envelhecimento. Explicou também a forma como a Campanha foi organizada nas
222 regiões do País, as etapas, os encontros, o processo de multiplicação, as
223 avaliações. Falou também sobre a origem dos recursos financeiros que
224 possibilitaram a realização da Campanha. Na seqüência, falou sobre as principais
225 atividades realizadas nas várias regiões do País. Prosseguiu dizendo que a
226 maioria dos regionais colocaram que haviam atingido os objetivos aos quais se
227 propuseram. Explicou também como foi a questão de divulgação da Campanha e
228 finalmente explicou em detalhes como foi o processo de avaliação dos estados. A
229 seguir, a **Presidente** deu prosseguimento falando sobre o programa da TV
230 Canção Nova por ela produzido, a Pastoral do Idoso, e sobre os mais de 25
231 pontos que foram apresentados como luzes. Continuou falando sobre tudo o que
232 havia sido realizado em várias regiões. Falou também sobre os pontos de
233 estrangulamento nas várias regiões do País e explicou sobre a coleta da
234 solidariedade que era destinada ao tema da Campanha da Fraternidade: 60% da
235 coleta iria constituir o Fundo Diocesano de Solidariedade e 40% da coleta

236 constituiria o Fundo Nacional de Solidariedade. Informou que a quantia
237 arrecadada na coleta a nível nacional em média em torno de 5,5 milhões a 6
238 milhões de reais e que as paróquias, dioceses regionais, mesmo outros grupos
239 que não eram ligados à igreja poderiam apresentar propostas de projetos voltados
240 ao tema do idoso. Dando continuidade, o Conselheiro **Geraldo Adão Santos**
241 expressou algumas preocupações relativas aos idosos com relação ao
242 preconceito que eles sofriam e com respeito também à relação intergeracional.
243 Também mencionou sua preocupação e a possibilidade do envolvimento das
244 igrejas e associações no sentido de que as pessoas ao se aposentarem
245 pudessem exercer alguma atividade a fim de se valorizarem e se sentirem úteis à
246 sociedade. A seguir, foi questionado pelo Conselheiro **Adriano Cezar Gordilho** o
247 por quê não ter saído a pastoral do idoso enquanto organismo CNBB pois a
248 pastoral não existia a não ser acoplada à Pastoral da Criança. A Conselheira
249 **Nara Rodrigues – Associação Nacional de Gerontologia**, por sua vez,
250 perguntou primeiramente, com respeito ao material de divulgação mencionado,
251 por que não havia sido citado o vídeo que foi usado por ela em Porto Alegre, e que
252 ao seu ver, era excelente. Outra pergunta feita pela Conselheira, era por que o Rio
253 Grande do Sul não era mencionado pelo Cônego José Carlos. Foi-lhe então
254 respondido que o referido estado não havia entrado na avaliação. A Conselheira
255 então explicou que a Campanha havia sido péssima na capital do Rio Grande do
256 Sul. Na seqüência, o conselheiro **Perly Cipriano** parabenizou os responsáveis
257 pelo relato a respeito da Campanha destacando a humildade com que o Cônego
258 falou sobre o que havia realizado. Falou também da importância da criação de
259 Conselhos em todos os estados e da implantação do “disque 100” que funcionaria
260 24 horas por dia, sete dias na semana com vários ouvidores através do qual se
261 poderia fazer denúncias de violações de direito contra o idoso, violência, descaso,
262 discriminação e preconceito. Haveria com isso a formação de um banco de dados
263 para saber onde ocorreriam aquelas violências, quais tipos de violência eram
264 cometidos, localizando-as . Por fim, falou da importância da igreja na criação de
265 uma cultura de respeito e valorização da pessoa idosa. O Cônego **José Carlos**
266 **Dias Toffoli** passou então a tratar das questões levantadas falando primeiramente
267 sobre a questão da pastoral do idoso e dizendo que realmente a pastoral do idoso
268 fora aprovada pelo CONSEP que era o Conselho de pastoral da CNBB mas
269 realmente ainda estava atrelada à pastoral da Criança mas que via possibilidade
270 de ser independente no futuro. Sobre a questão do vídeo disse que havia alguns
271 vídeos que eram produções independentes feitos pela Paulinas, o Mundo Jovem,
272 a Verbo Filmes. Explicou que eram produções independentes, não eram peças
273 oficiais da Campanha da Fraternidade, mas praticamente se tornavam uma peça
274 da Campanha da Fraternidade, e de fato eram fundamentais. Falou também sobre
275 a divulgação e sobre o fato de que em alguns lugares ainda havia dificuldades
276 com essa questão. Comunicou também que a Campanha da Fraternidade do
277 próximo ano seria do CONIC – Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e teria como
278 tema “Solidariedade e Paz” Explicou que o texto base iria dar continuidade à
279 campanha do idoso, favorecendo a criação dos Conselhos Municipais , Estaduais
280 do Idoso. Dando prosseguimento, a **Presidente** apresentou o Dr. **Andrés Sebília**
281 **– Departameto Nacional do SESC** que queria fazer uma pergunta sobre a
282 questão da intergeracionalidade. Explicou que uma característica do trabalho do

283 SESC era essa questão e que , trabalhando na área de educação ambiental, todo
284 o trabalho feito tinha um viés intergeracional. Quando faziam a capacitação de
285 professores, uma das atividades era buscar nas comunidades as pessoas idosas
286 para que elas relatassem para as crianças como era aquele bairro , aquela cidade
287 e região em termos ambientais. Por essa razão, acreditava que poderia contribuir
288 muito por ter essa experiência. A seguir, o Cônego **José Carlos** agradeceu a
289 oportunidade de lá estar e explicou que precisava sair, mas antes o Conselheiro
290 **Álvaro Fontes da Silva Neto** sugeriu que o cônego lhes desse uma bênção. Após
291 a bênção então, foi dado prosseguimento à pauta, com o registro da Conselheira
292 **Josefa Barros Cardoso de Ávila** que informou que no “Jornal Hoje” daquele dia
293 havia sido citado o Estatuto do Idoso e que havia sido falado sobre o artigo 38,
294 que era a questão do financiamento habitacional para o idoso e que a própria
295 Caixa Econômica não vinha cumprindo o que estava explicitado no mesmo. Na
296 seqüência, foi questionado pelo Conselheiro **Álvaro Fontes da Silva Neto** como
297 iria se aprovar a ata daquela reunião. Na seqüência, a **Presidente** tomou a
298 palavra comentando que aquela era a última reunião daquele Conselho e explicou
299 que aquele conselho era resultante do esforço da sociedade civil na década dos
300 anos 70 com o envolvimento de muitas pessoas, organizações religiosas de São
301 Vicente de Paula, da Maçonaria, dos Espíritas , dos Evangélicos e muitos outros
302 anônimos. Continuando, falou do seu compromisso com a questão do idoso. Em
303 seguida, a Conselheira **Nara Rodrigues** passou a falar sobre suas dúvidas quanto
304 ao Estatuto do Idoso, bem como quanto às diretrizes na Lei 8.842. Outra dúvida
305 que apresentou foi quanto ao Regimento Interno e também com respeito ao tempo
306 de mandato dos participantes daquele Conselho. Foi-lhe dito então que o
307 Regimento Interno havia sido aprovado e encaminhado para a Casa Civil. A
308 Conselheira então fez sua avaliação daquela gestão do Conselho e pediu que
309 fossem tomadas as medidas necessárias para que aquele Conselho passasse a
310 existir em lei porque enquanto decreto seria algo frágil, facilmente revogável. Na
311 seqüência, a Conselheira **Nadir** passou a falar sobre o que a Associação
312 Brasileira dos Clubes da Melhor Idade havia feito para a melhoria da qualidade de
313 vida do idoso e para a divulgação do Estatuto do Idoso. Comunicou também que
314 havia sido eleita a nova presidente da ABCMI Nacional e era esperado que a
315 mesma apresentasse a candidatura da ABCMI ao novo Conselho. Concluiu
316 agradecendo a todos os conselheiros pela oportunidade de convívio , dizendo ter
317 aprendido muita coisa e desejando que o CNDI conseguisse se firmar e tivesse
318 cada vez maior representatividade e maior aceitação em todo o País.
319 Continuando, o Conselheiro **Emídio Rebelo Filho** lembrou que o Estatuto do
320 Idoso que atualmente estava em vigor partiu de uma entidade estadual, do estado
321 do Pará através da Federação. Fez também uma avaliação da convivência junto
322 àquele Conselho e lembrou também que iria ocorrer um simpósio do Ministério
323 Público entre os dias 25 e 27, recomendando a participação uma vez que o
324 Ministério Público era o organismo que vinha dando um suporte muito grande para
325 todos, principalmente do estado do Pará. Finalmente, despediu-se desejando
326 sucesso ao próximo Conselho. Em seguida, o Conselheiro **Adriano Cezar**
327 **Gordelho** também fez um balanço de sua participação no Conselho, seguido pelo
328 Conselheiro **Geraldo Adão Santos** que, além de fazer uma avaliação dos últimos
329 dois anos junto ao CNDI, salientou a vitória daquele Conselho no sentido de ter

330 passado a ser deliberativo. Concluiu agradecendo em seu nome e em nome da
331 COBAP. A **Presidente** então tomou a palavra para expressar sua satisfação ao
332 saber que o Conselho passara a ter caráter deliberativo. Dando prosseguimento, a
333 Conselheira **Alba Maria P. de Abigailil** informou que seria realizada em parceria
334 com a Secretaria de Direitos Humanos, uma teleconferência onde iria ser discutida
335 a questão do Plano de Gestão integrada e da Política Nacional do Idoso.
336 Também comunicou que a Sra. Penha havia pedido que fosse transmitido a todos
337 que ela estava presente na Conferência de Bem Estar Social. Por fim sugeriu que
338 fosse deixada uma pauta de alguns itens prioritários para o novo Conselho.
339 Continuando, a Conselheira **Léa Lúcia Cecílio Braga** disse que trazia uma
340 avaliação do Conselho Federal de Serviço Social do que significara aqueles dois
341 anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e que a avaliação era muito
342 positiva. Segundo a Conselheira, só o fato do Conselho existir já era uma vitória e
343 que, apesar das dificuldades, era necessário haver aprimoramento e consolidação
344 do espaço do Conselho num debate respeitoso e aprofundamento das relações
345 democráticas. Portanto, ao seu ver, o Conselho era vitorioso por existir
346 enfrentando uma conjuntura muito difícil. Outro motivo citado pela Conselheira
347 para considerar o Conselho vitorioso era a existência do Estatuto do Idoso que
348 vinha para regulamentar e trazer uma dimensão do direito para além do direito
349 social. Comentou também que o próximo Conselho iria encontrar uma base que
350 havia sido construída por cada um ali presente. Citou também o importante fato
351 do Conselho ter deixado de ter um caráter consultivo para ter um caráter
352 deliberativo. Falou da necessidade de se ter comissões que se reunissem,
353 discutissem, trabalhassem. Por fim, falou que deveriam enfrentar as dificuldades,
354 superá-las e continuar na luta . Na seqüência, **Andres Sebília** comentou que
355 esperava que a entidade por ele representada, o SESC, continuasse tendo
356 assento naquele Conselho e que a Gerência de Educação e Assistência do
357 Departamento Nacional do SESC estaria aberta para consulta, trabalho ou
358 qualquer necessidade em relação ao trabalho social com idosos. Agradeceu a
359 oportunidade e lamentou não ter participado mais das reuniões anteriores.
360 Prosseguindo, o Conselheiro **Maurício Gama – Ministério da Educação**
361 destacou a necessidade de haver coesão no movimento e passou a palavra ao
362 Conselheiro **Perly Cipriano** que iniciou lembrando que era necessário comemorar
363 as pequenas vitórias e que, de uma forma geral, a experiência do Conselho
364 naqueles dois anos havia sido muito positiva destacando a conquista do Estatuto
365 do Idoso e da transformação do Conselho de caráter consultivo para deliberativo.
366 A seguir, foram todos convidados a participar de uma exposição de uma artista
367 norueguesa relacionada à campanha do desarmamento. Continuando, o
368 Conselheiro Perly disse que o Conselho havia crescido muito e que se sentia
369 satisfeito. Na seqüência, discutiu-se sobre a questão do Regimento e deu-se
370 continuidade às avaliações. Por fim, o Conselheiro **Álvaro Fontes da Silva Neto**
371 lembrou a importância de que se copiasse as dez atas do Conselho e fossem
372 distribuídas à toda a nova composição do Conselho para que pudessem fazer uma
373 avaliação e concluiu que estava a disposição de todos. Por fim, a Conselheira **Ana**
374 **Amélia Camarano** fez também uma avaliação positiva daquele Conselho e
375 concluiu citando uma frase de Tancredo Neves que dizia: “Democracia é uma arte

376 de administrar conflitos porque não se vive democracia sem conflitos.” Conclui-se
377 assim a reunião.
378
379
380
381

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.